

FLÁVIO HENRIQUE UNES PEREIRA
MÁRCIO CAMMAROSANO
MARILDA DE PAULA SILVEIRA
MAURÍCIO ZOCKUN

Coordenadores

O DIREITO ADMINISTRATIVO NA
JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ

Homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello

Belo Horizonte



2014

© 2014 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virginia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabrcio Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Supervisão editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Revisão: Lourdes Nascimento

Érico Nunes Barboza

Rafael Cota Teixeira

Ficha catalográfica: Paloma Fernandes Figueiredo Santos – CRB – 2751- 6ª Região
Capa, projeto gráfico e diagramação: Walter Santos

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007

Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949

www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

D628 O direito administrativo na jurisprudência do STF e do STJ: homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello / Coordenadores Flávio Henrique Unes Pereira; Márcio Cammarosano; Marilda de Paula Silveira; Maurício Zockun. – Belo Horizonte: Fórum, 2014.

597 p.

ISBN 978-85-450-0032-7

1. Direito administrativo.

CDD 341.3

CDU 342.9

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

UNES, Flávio Henrique *et al.* (Coord.). *O direito administrativo na jurisprudência do STF e do STJ: homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello.* Belo Horizonte: Fórum, 2014. 597 p. ISBN 978-85-450-0032-7.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO DE CONCESSÃO	
Adilson Abreu Dallari.....	17
1 Introdução.....	17
2 A legislação federal sobre contratos administrativos e concessões de serviços públicos	18
3 Titularidade e execução do serviço concedido	19
4 Jurisprudência sobre transferência de contrato.....	19
5 Considerações doutrinárias.....	20
6 Conclusões	21
JURISPRUDÊNCIA DO STF SOBRE COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS PARA DETERMINAREM AO PODER EXECUTIVO ANULAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E SUA SUSPENSÃO	
Alexandre Aroeira Salles	23
1 Introdução	23
2 Os Tribunais de Contas possuem competência para anular contratos administrativos?	23
3 Os Tribunais de Contas podem expedir medidas cautelares suspendendo a execução de contratos administrativos?.....	28
LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DA INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM CASO DE OMISSÃO ESTATAL NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO – ESTUDO SOBRE O ACÓRDÃO PROFERIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO ARE 639337 AGR/SP – SÃO PAULO	
Alexandre Levin	31
1 Introdução.....	31
2 Resumo da controvérsia.....	32
3 Descumprimento de políticas públicas e intervenção jurisdicional	32
4 <i>A reserva do possível</i> , a questão das <i>escolhas trágicas</i> e a intangibilidade do mínimo existencial.....	34
5 Proibição do retrocesso social em matéria de direitos fundamentais	37
6 Legitimidade jurídica da imposição das <i>astreintes</i> ao poder público.....	38
7 Conclusão.....	39
Referências	39
COMPETÊNCIA NORMATIVA E IMPACTO NAS TARIFAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	
André Castro Carvalho.....	41
1 Introdução.....	41
2 O sistema de competências no Brasil	41
3 A ADI nº 3.343/DF.....	42
4 A posição do ministro relator.....	42
5 A posição dos demais ministros	43
6 Julgamento e conteúdo da ementa	43
7 Nossas considerações	44
Referências	47
COMENTÁRIOS À ADI 3.433/DF: DA COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL PARA DISPOR SOBRE POLÍTICA TARIFÁRIA NAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO, DA RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO	
André Luiz Freire	49
1 Introdução	49
2 A ADI nº 3.343/DF.....	50

2.1	O caso e a síntese dos argumentos apresentados.....	50
2.2	O voto do relator, ministro Carlos Britto.....	51
2.3	O voto do redator do acórdão, ministro Luiz Fux.....	54
3	Análise da ADI 3.343/DF.....	55
3.1	A natureza da relação entre prestador do serviço público e usuário e sua repercussão nas concessões de serviços públicos.....	55
3.2	A chamada “reserva de administração” em matéria tarifária.....	58
4	Conclusões.....	60

MOTIVAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Angélica Petian	61	
1	Introdução.....	61
2	Anotações sobre o acórdão proferido no RE 589.998-PI.....	62
3	A motivação dos atos administrativos.....	63
4	Considerações finais.....	64

O EXAME DO CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A DOCTRINA DO PROFESSOR CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

Augusto Dal Pozzo, Pedro Jatene	67	
1	Breve resumo da ação – ADPF nº 46/DF – STF.....	67
2	Considerações a respeito do instituto da ADPF.....	69
3	A corrente privatista proposta pelo ministro relator Marco Aurélio.....	70
4	A reviravolta provocada pelo ministro Eros Grau.....	72
5	O caminho seguido pelos outros ministros e suas contribuições.....	73
6	Considerações finais em face da doutrina do professor Celso Antônio Bandeira de Mello.....	74

RETROCESSÃO E DIREITO DE PREFERÊNCIA

Bruna Rodrigues Colombaroli	77
--	----

DEFINIÇÕES E PARÂMETROS PARA A CONSTITUIÇÃO DAS SUBSIDIÁRIAS DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 1.649-1/DF)

Bruno Aurélio	83	
1	Introdução.....	83
2	Breve resumo do caso.....	84
3	Apontamentos sobre a contribuição do acórdão ao direito administrativo.....	86
3.1	Requisitos para constituição de subsidiária de sociedade de economia mista.....	86
3.2	Apontamentos sobre o regime jurídico aplicável à subsidiária de sociedade de economia mista.....	88
4	Síntese conclusiva.....	90

O CONTRATO ADMINISTRATIVO E OS LIMITES DO PODER DE ALTERAÇÃO UNILATERAL

Bruno Oliveira da Silva Ferreira	91	
1	Introdução.....	91
2	Síntese da matéria apreciada pelo STF nos autos do RMS 24.286/DF.....	92
3	Contrato administrativo e interesse público.....	93
4	O poder de alteração unilateral do contrato administrativo.....	95
5	Conclusão.....	97

DISTINÇÃO ENTRE ATOS ADMINISTRATIVOS NULOS E INEXISTENTES: EXAME DO RE 99.936 – STF

Carlos Bastide Horbach	99	
1	Introdução.....	99
2	A inexistência na teoria geral do direito.....	99
3	A inexistência dos atos administrativos.....	101
4	Análise do RE 99.936 – STF.....	103

5	Conclusão.....	104
	Referências.....	104

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ORDEM SOCIAL – A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA VISÃO DO STF

Carolina Zancaner Zockun	105
Da intervenção do Estado na ordem social.....	105

REGIME JURÍDICO DAS EMPRESAS ESTATAIS NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Christianne de Carvalho Stroppa	111	
1	Introdução.....	111
2	Posição da jurisprudência nacional.....	114
2.1	Mandado de Segurança nº 23875 / DF – Distrito Federal – julgamento em 07.3.2003 – Tribunal Pleno.....	114
2.2	Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3273/DF – julgamento em 16.3.2005 – Tribunal Pleno.....	115
2.3	Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1642/MG – julgamento em 03.4.2008 – Tribunal Pleno.....	115
2.4	Mandado de Segurança nº 25092/DF – julgamento em 10.11.2005 – Tribunal Pleno.....	116
2.5	Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 610517/RJ – julgamento em 03.6.2014 – Segunda Turma.....	116
3	Conclusão.....	116
	Referências.....	117

RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO - A RESPONSABILIDADE EXCLUSIVAMENTE REGRESSIVA DO AGENTE PÚBLICO EM FACE DO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE

Clovis Beznos	119
----------------------------	-----

CONCURSO PÚBLICO E O DIREITO À NOMEAÇÃO

Cristiana Fortini, Fabricio Motta	127	
1	Introdução.....	127
2	Concurso público e o direito à nomeação.....	128
2.1	Entendimento anterior: expectativa de direito.....	128
2.2	O repaginar do entendimento dominante.....	130
2.3	O cadastro de reserva: licitudes e ilicitudes.....	137
3	Conclusão.....	141
	Referências.....	141

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR NA ÓTICA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES (STJ) E STF

Daniel Ferreira	143
Introdução.....	143
No Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	144
No Supremo Tribunal Federal (STF).....	150
À guisa de fecho.....	152
Bibliografia.....	154

O MANDADO DE INJUNÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS ENTRE O LEGISLATIVO E O JUDICIÁRIO

Daniel Wunder Hachem	157	
1	Considerações iniciais.....	157
2	O instituto do mandado de injunção interpretado pelo STF no MI nº 107-3/DF: e se acabou no chão feito um pacote tímido.....	157
3	As mudanças de entendimento do STF quanto ao mandado de injunção: atravessou a rua com seu passo tímido.....	162
	Referências.....	167

O CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Dinorá Adelaide Musetti Grotti	169
1 Recepção, em forma expressa, da categoria de serviço público na Constituição de 1988. Os sentidos de “serviço público” extraíveis da Constituição e as concepções doutrinárias.....	169
2 A jurisprudência do STF e o conceito de serviço público	179
3 Conclusões	185
Referências	187

O ART. 142, §2º, DA LEI Nº 8.112/90: MAIS UM EQUÍVOCO INTERPRETATIVO?

Edilson Pereira Nobre Júnior	189
Autores e escritos referenciados.....	196

O CASO DA INDENIZAÇÃO POR AUSÊNCIA DE REVISÃO GERAL REMUNERATÓRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS – RE Nº 424.584/MG E REPERCUSSÃO GERAL Nº 565.089-8/SP

Emerson Gabardo	199
1 Introdução.....	199
2 A decisão no RE nº 424.584/MG.....	201
3 A votação da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 565.089/SP	206
Referências	209

SÚMULA VINCULANTE Nº 3 DO STF: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A TEORIA DOS ATOS COMPLEXOS E COMPOSTOS, E O DIREITO FUNDAMENTAL AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA

Eurico Bitencourt Neto, Luísa Cristina Pinto e Netto	211
1 Introdução.....	211
2 Atos complexos, atos compostos e procedimento administrativo.....	212
3 Atos de aposentadoria, reforma e pensão, e o direito fundamental ao contraditório e à ampla defesa	215
4 Conclusões	217
Referências	217

CONSELHOS PROFISSIONAIS SÃO FUNDAÇÕES PÚBLICAS?

Fábio Mauro de Medeiros	219
Conclusão.....	226
Referências	226

PRERROGATIVA DE FORO NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE

Fábio Medina Osório	229
1 Introdução: histórico da prerrogativa de foro	229
2 Acórdão objeto de crítica: STJ, agravo regimental na Reclamação nº 12.514/MT.....	232
3 Conclusão: o significado da prerrogativa de foro	233
Referências	234

O SENTIDO “CONTRATUAL” DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: ASPECTO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF ANALISADO SOB A LUZ DO PENSAMENTO DE CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

Fernando Menezes, Guilherme Jardim Jurksaitis	235
--	-----

O CONTROLE JURISDICIONAL DA SANÇÃO DISCIPLINAR: POR UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O POSICIONAMENTO DO STJ A PARTIR DO MS Nº 12.927/DF

Flávio Henrique Unes Pereira	243
1 Justificativa.....	243
2 A reviravolta provocada pelo MS nº 12.927: controle jurisdicional amplo sobre o ato que impõe sanção disciplinar	244

3	As decisões que retomaram a tese da limitação do controle jurisdicional sem qualquer discussão ou consideração sobre o MS nº 12.927/2007	245
4	Reflexão crítica a partir da teoria da "adequabilidade normativa"	247
5	Considerações finais	251

A DISPENSA DE EMPREGADOS DAS EMPRESAS ESTATAIS

Floralvaldo Dutra de Araújo	253
1 Introdução	253
2 Conteúdo das teses discutidas no STF	254
3 Fundamentos constitucionais da motivação da dispensa	255
4 Empresas estatais abrangidas	257
5 Procedimento da motivação da dispensa	259
6 Conclusão	260
Referências	260

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVO-AMBIENTAIS. COMENTÁRIOS AO RESP, STJ, 1.091.486-RO

Heraldo Garcia Vitta	261
I Introdução	261
II Infrações e sanções criminais e administrativas. Distinção	261
III Os princípios da legalidade e da tipicidade nas infrações e penas administrativas	263
IV Polícia administrativa ambiental: regime jurídico	264
V A motivação do ato. Os conceitos indeterminados na supremacia geral do Estado. As normas em branco	266
Referências	268

A POLÍTICA TARIFÁRIA COMO INSTRUMENTO DE RACIONALIZAÇÃO DO CONSUMO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (ADC Nº 9 – STF)

Jacinto Arruda Câmara	271
1 O tema levado ao STF	271
2 Argumentos contrários à constitucionalidade do modelo tarifário de racionalização do consumo por meio de política tarifária	272
3 Síntese da decisão do STF e de suas consequências	273

CONTROLE JUDICIAL DA DISCRICIONARIEDADE DE BANCA EXAMINADORA DE CONCURSO PÚBLICO (DESTAQUE PARA O EXAME PSICOTÉCNICO)

João Batista Gomes Moreira	275
1 Prova de conhecimentos	275
2 Exames físicos	278
3 Exame psicotécnico	280
4 Investigação social	284
5 Deficiência	285
Conclusão	287

COMENTÁRIOS DE JURISPRUDÊNCIA – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

José Roberto Pimenta Oliveira	289
Comentários	290
1 Introdução	290
2 O controle jurisdicional da discricionariedade na teoria de Celso Antônio Bandeira de Mello	290
3 As circunstâncias do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 581.352-AM	294
4 A relevância da diretriz jurisprudencial consolidada no STF no estudo do fenômeno da discricionariedade	295
Referências	298

O RECONHECIMENTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS REFLEXOS NO DIREITO ADMINISTRATIVO

Juarez Freitas	299
1 Introdução.....	299
2 O princípio do desenvolvimento sustentável e o reflexo no Direito Administrativo.....	301
3 Conclusões.....	307

COMENTÁRIOS À MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA PELO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA AÇÃO CAUTELAR Nº 2.545

Karina Harb	309
--------------------------	-----

CONCOMITÂNCIA DAS TEORIAS OBJETIVA E SUBJETIVA PARA IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AO ESTADO E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Letícia Queiroz Andrade	319
1 Introdução – Configuração do dissenso jurisprudencial e doutrinário acerca da matéria.....	319
2 Breve apanhado conceitual – Modalidades de imputação de responsabilidade e os requisitos necessários para ensejar o dever de reparação de danos por parte do Estado e demais prestadores de serviço público.....	321
3 A interpretação do artigo 37, §6º, da Constituição da República – Evolução do tratamento constitucional acerca do tema e a interpretação a <i>contrario sensu</i>	327
4 Do tratamento infraconstitucional do tema – Código do Consumidor, Código Civil e legislação esparsa.....	330

DEPÓSITO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DAS EMPRESAS ESTATAIS EXPLORADORAS DE ATIVIDADE ECONÔMICA – *DISTINGUISHING* À LUZ DA DOUTRINA DE CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

Luciano Ferraz	335
1 Considerações gerais.....	335
2 Análises sobre o dispositivo – Interpretações conferidas pelo Supremo Tribunal Federal.....	336
3 Exceções reconhecidas à regra do art. 164, §3º, da Constituição da República.....	339
a) Folha de pagamento dos servidores.....	339
b) Inexistência de bancos estatais na localidade.....	340
4 Proposta para o <i>distinguishing</i> a partir das lições de Celso Antônio Bandeira de Mello – Empresas estatais exploradoras de atividade econômica.....	341
5 Conclusão.....	342

SOBRE A DELEGAÇÃO DO “PODER DE POLÍCIA”

Luis Manuel Fonseca Pires	345
Introdução.....	345
1 “Poder de polícia” ou limitações administrativas à liberdade e à propriedade?.....	345
2 Anotações doutrinárias sobre a delegação do “poder de polícia”.....	348
3 O entendimento dos Tribunais Superiores e o paradigma do Superior Tribunal de Justiça, RE nº 817.534-MG.....	350
Conclusões.....	351
Referências.....	352

CARGOS EM COMISSÃO – ALGUMAS REFLEXÕES EM FACE DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA ORIENTAÇÃO DO STF

Márcio Cammarosano	355
1 Introdução.....	355
2 Do exercício da função legislativa concernente à criação de cargos públicos.....	356
3 Dos cargos em comissão.....	357
Referências.....	361

A INCONSTITUCIONAL SÚMULA VINCULANTE Nº 5

Marcos de Lima Porta	363
-----------------------------------	-----

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A LEI COMPLEMENTAR Nº 100/2007 – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.876 E EPISTEMOLOGIAS DO COTIDIANO	
Maria Coeli Simões Pires, Mila Batista Leite Corrêa da Costa	369
1 Introdução.....	369
2 Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876 – Breve relato.....	370
3 O tempo e as nuances da realidade – A controvérsia e seus consectários.....	371
4 Considerações finais.....	374
Referências.....	375

A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO SOB A ÓTICA DO STF

Maria Elisa Braz Barbosa, Gilberto Pinto Monteiro Diniz	377
1 Introdução.....	377
2 A contratação temporária por excepcional interesse público na doutrina e na jurisprudência do STF.....	378
3 Considerações finais.....	385
Referências.....	386

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E PODER REGULAMENTAR – ANÁLISE DO RESP Nº 1.102.578, APRECIADO PELA 1ª SEÇÃO DO STJ – INCOERÊNCIAS JUSTIFICADORAS DE SUA REVISÃO

Maria Fernanda Pires de Carvalho Pereira, Leonardo Varella Giannetti	387
1 Introdução.....	387
2 Do precedente do STJ em sede de recurso repetitivo.....	388
2.1 Existência de evidente fundamento constitucional autônomo – Menosprezo do princípio da reserva legal.....	388
2.2 Do esquecimento sobre o papel do regulamento no Direito brasileiro.....	391
2.3 Dos precedentes do próprio STJ e do STF sobre o princípio da legalidade – Por que eles foram esquecidos?.....	395
3 Conclusão.....	396

PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O INTERESSE PRIVADO

Maria Tereza Fonseca Dias	399
--	-----

REGIME JURÍDICO APLICÁVEL À ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB) – ANÁLISE DA ADI nº 3.026/DF

Mariana Mencio	409
1 Notas introdutórias.....	409
2 Teor da controvérsia.....	410
3 Breve relato das posições expostas pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal.....	411
4 Importância da ADI.....	414
5 Conclusões.....	416
Referências.....	418

O ATO E O TEMPO – POR UM MODELO DE TRANSIÇÃO APLICADO AOS REGULAMENTOS

Marilda de Paula Silveira	419
Introdução.....	419
1 O regime de transição e as barreiras que se opõem a extinção e a modificação dos atos normativos.....	419
2 Procedimentalização da Administração Pública – Motivação e contraditório dos atos regulamentares.....	422
3 O regime de transição – Por uma avaliação obrigatória motivada.....	426
Conclusão.....	433

RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL DO AGENTE PÚBLICO À LUZ DO ART. 37, §6º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Maurício Zockun	435
1 O direito tutelado por meio do art. 37, §6º, da Constituição da República.....	435
2 O direito de ação ensejador da concreta aplicação do art. 37, §6º, da Constituição da República ...	437
3 Contra quem se pode ajuizar a ação e reparação pelo dano estatal causado?	438
4 O pensamento do STF ontem e hoje – Evolução ou retrocesso?	438
5 Conclusões	440

AS NORMAS DE REPRODUÇÃO, IMITAÇÃO E REMISSÃO COMO PARÂMETRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS-MEMBROS DA FEDERAÇÃO E O PAPEL DAS LEIS ORGÂNICAS MUNICIPAIS

Paulo Modesto	441
I Introdução.....	441
II Normas de reprodução, imitação e remissão – Peculiaridades.....	442
III Evolução da matéria no Supremo Tribunal Federal.....	445
IV Normas estaduais com remissão às leis orgânicas municipais.....	449

O DANO MORAL INDENIZÁVEL – CRÍTICA À APLICAÇÃO INDISCRIMINADA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ

Paulo Roberto Ferreira Motta, Raquel Dias da Silveira	453
1 O problema da identificação e da quantificação do dano moral	453
2 Indenização do dano moral à luz da jurisprudência do STJ.....	455
3 Conclusão	457
Referências	457

A EFETIVIDADE DA TEORIA DOS FATOS DETERMINANTES E O CONSEQUENCIALISMO ADMINISTRATIVO

Phillip Gil França	459
---------------------------------	-----

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Plínio Salgado, Ana Carolina Wanderley Teixeira	467
Considerações iniciais	467
I A recente jurisprudência do STJ	468
II Da inexigibilidade de licitação – A notória especialização.....	472
III Da inexigibilidade de licitação: o serviço singular.....	474
Conclusão.....	478

ADI Nº 4.568 – OS ATOS NORMATIVOS *INTRA LEGEM* NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Rafael Maffini	481
I Compreensão da <i>quaestio juris</i> da ADI nº 4.568 e o conceito de ato normativo <i>intra legem</i>	481
II Fundamentos decisórios da ADI nº 4.568 e os limites à edição de atos normativos <i>intra legem</i>	485
III Breves considerações conclusivas.....	487

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Renata Fiori Puccetti	489
I Apresentação	489
II A primeira grande mudança – O reconhecimento da incidência dos princípios do contraditório e da ampla defesa nos processos administrativos.....	490
III O segundo passo – Ampla defesa e contraditório nos processos administrativos não se restringem a aspectos formalísticos.....	491
IV Terceiro aspecto de evolução jurisprudencial – Reafirmação da posição garantidora e o reconhecimento da obrigatoriedade de adoção de processo administrativo mesmo sem previsão normativa específica.....	494

INVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ricardo Marcondes Martins.....497

A NECESSIDADE DE DEFESA TÉCNICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E A INCONSTITUCIONALIDADE DA SÚMULA VINCULANTE Nº 5 DO STF

Romeu Felipe Bacellar Filho, Daniel Wunder Hachem	505
1 Introdução.....	505
2 Processo administrativo disciplinar, núcleo constitucional comum de processualidade e o direito fundamental à ampla defesa.....	507
3 A defesa técnica como desdobramento da ampla defesa e a inconstitucionalidade da Súmula Vinculante nº 5 do STF.....	512
3.1 Vícios formais de inconstitucionalidade.....	512
3.2 Inconstitucionalidade material dos fundamentos utilizados para a edição da Súmula.....	515
3.2.1 Desnecessidade de defesa técnica diante da garantia dos direitos de informação, de comunicação e de ver seus argumentos considerados.....	516
3.2.2 Necessidade de defesa técnica apenas se a complexidade da questão tornar o acusado inapto para exercer a autodefesa.....	516
3.2.3 Indispensabilidade do advogado apenas à administração da justiça, assim considerada somente a função jurisdicional (art. 133 da CF).....	517
3.2.4 A exigência de defesa técnica significaria uma defesa transbordante.....	518
3.2.5 A obrigatoriedade de defesa técnica importaria asseveramento da Defensoria Pública.....	521
3.2.6 O exercício do contraditório é facultativo ao acusado, tal como no processo civil.....	525
3.2.7 A necessidade de defesa técnica no processo penal justifica-se por se tratar de direito indisponível.....	528
3.2.8 É facultativa a nomeação de procurador, que não precisa ser advogado (art. 156 da Lei nº 8.112/90).....	530
4 Conclusões.....	532
Referências.....	533

PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO – PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO – SENTIDOS AMPLO E RESTRITO – TOMBAMENTO E DESAPROPRIAÇÃO

Sergio de Andréa Ferreira.....535

INVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO (DIREITO AO ESQUECIMENTO)

Sergio Ferraz.....543

EXCEÇÕES À APLICAÇÃO DA DECADÊNCIA DO DIREITO DE ANULAR ATOS ADMINISTRATIVOS

Sirlene Nunes Arêdes	547
1 A existência de má-fé como limite ao poder saneador do tempo.....	549
2 Atos que ofendem diretamente a Constituição.....	551
3 Atos praticados anteriormente à vigência da Lei nº 9.784/99.....	554
Referências.....	556

ATO ADMINISTRATIVO. MOTIVO E MOTIVAÇÃO. DISCRICIONARIEDADE. TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES

Taiane Lobato de Castro.....559

O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA POR PARTICULARES

Thiago Marrara	565
1 Introdução.....	565
2 Uma breve teoria do poder de polícia.....	567
3 Delegação – Variações quanto ao conteúdo e ao delegatário.....	571
4 Delegação de polícia a entes privados – Prós e contras.....	572
5 Posicionamentos doutrinários.....	574

6	O caso "BHTRANS" (REsp nº 817.534/MG).....	575
7	Breves considerações sobre a decisão	578
8	Conclusão.....	579
	Referências	580

**AÇÃO DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2117-DF. ART. 73, §2º, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CRITÉRIO DE ESCOLHA DE MINISTROS OU CRITÉRIO DE
COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL?**

Weder de Oliveira	581
--------------------------------	-----

SOBRE OS AUTORES	591
-------------------------------	-----